



Investimento de R\$ 73,9 milhões fortalece rede de combate à violência contra mulher

540 unidades de serviços especializados foram construídas ou reformadas

O fortalecimento da rede de atendimento para implementação da Lei Maria da Penha é objetivo do investimento de R\$ 73,9 milhões realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). As ações integram o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em agosto de 2007, em cooperação entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros.

Em 2011, os 27 Estados da Federação já haviam assinado o Acordo de Cooperação Federativa do Pacto, que prevê políticas públicas integradas em todo território nacional para consolidação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A avaliação da ministra da SPM, Eleonora Menicucci, é que "avancamos no enfrentamento à violência contra as mulheres", e acrescenta que a "a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, pela constitucionalidade desta Lei, coloca toda a estrutura do Poder Judiciário ao lado das mulheres, legitimando de maneira inquestionável as políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para sua implementação".

Justiça - Até maio do último ano, foram criados 89 Juizados Especializados / Varas Adaptadas, 58 Núcleos ou Defensorias Especializadas, 21 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gê-

nero do Ministério Público. Foram investidos R\$ 2,1 milhões para aplicação em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM'S) e criados 12 serviços de responsabilização do agressor, todas iniciativas sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Estão em funcionamento, também, 464 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 165 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 72 Casas Abrigo.

Saúde - O Ministério da Saúde criou 305 serviços e programas especializados, além de celebrar 23 convênios com Secretarias Estaduais (redes municipais de atenção às mulheres em situação de violência).

Capacitação - Outro fator que contribui para a consolidação da rede de enfrentamento à violência contra mulheres é a capacita-

ção de profissionais. Até 2011, a SPM capacitou 41.980 profissionais, com investimento de R\$ 21,9 milhões. O Ministério da Justiça somou 529.710 profissionais da segurança pública treinados, enquanto o Ministério da Saúde contabiliza 2.017 técnicos e gestores municipais capacitados das redes de saúde de atenção às mulheres em situação de violência, com investimentos de R\$ 4,7 milhões.

A SPM, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o Ministério da Justiça investiram R\$ 10 milhões na qualificação de 7.864 Psicólogos, assistentes sociais e advogados dos CRAS e CREAS. Somando todas as iniciativas, mais de meio milhão de profissionais já foram capacitados para o atendimento na rede de combate à violência contra a mulher, o que resulta no aperfeiçoamento da qualidade do serviço prestado. +

Eixos estruturantes

Desde 2011, a prioridade do Pacto é a aplicação da Lei Maria da Penha como promotora dos direitos das mulheres em situação de violência, fortalecendo os serviços da rede e garantindo direitos e autonomia econômica. Com base nisso, estão fundamentados os seguintes grandes eixos/áreas estruturantes:

Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha

Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência

Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça

Garantia dos direitos sexuais, enfrentamento a exploração sexual e ao tráfico de mulheres

Garantia da autonomia econômica das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos

Assistência técnica produtiva beneficia 52 mil mulheres desde 2004

Serviço tradicionalmente só chegava aos homens das famílias rurais

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) passou a contar com uma política específica para as mulheres há nove anos, para fortalecer a organização produtiva de mulheres, promover a produção de base ecológica e ampliar o acesso delas às políticas públicas de produção e comercialização. Entre 2004 e 2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) financiou 106 projetos, totalizando um investimento no valor de mais de R\$ 19 milhões, que beneficiaram mais de 52 mil mulheres. “As políticas visam reforçar a importância da mulher como agricultora”, diz a coordenadora geral de organização produtiva e comercialização do MDA, Analine Specht.

No meio rural, a diferença de renda entre homens e mulheres é maior do que no meio urbano. Enquanto o rendimento deles é de cerca de R\$ 70, o delas fica em torno de R\$ 9. Isto se deve ao fato de que às mulheres do campo em geral cabe o trabalho doméstico, criação de animais, plantio para consumo da família e outras atividades produtivas, porém não remuneradas.

Ações - As equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para Mulheres vão a campo ofertar os serviços de assistência técnica por meio de oficinas, palestras e outros serviços de capacitação e qualificação da produção das trabalhadoras. Elas são incentivadas a se inserir nas atividades produtivas e remuneradas. “As chamadas de Ater mista costumam ser para toda a família, mas, na maioria das vezes, quem vai participar das atividades é o homem, o pai, o marido, o irmão. Por este motivo, a Ater para Mulheres tem um foco individual, atendendo somente as demandas das mulheres”, diz Analine.

Para Tatiana Muniz Siqueira, pescadora do município de Tibau (RN), o serviço auxiliou a organização da Cootipesca, formada por 20 mulheres de pescadores



Foto: MDA

Mulheres, como as que colhem babaçu, recebem apoio para ganhar mais com seus produtos

que perceberam que podiam aproveitar os pescados que se perdiam na produção da família. A partir daí, passaram a produzir iscas, linguça, almôndegas, petiscos e hamburger de peixe - vendidos para o mercado consumidor e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “É um avanço e tanto para quem antes não saía de casa por não ter com quem deixar os filhos. Hoje, a maioria já tem essa liberdade”, observa Tatiana.

A socialização do trabalho do cuidado com as crianças é uma conquista importante alimentada pelos projetos de Ater para Mulheres. Em todas as atividades

realizadas, a chamada oferta obrigatoriamente recreação infantil, para que o cuidado com os filhos não impeça as mães de participar.

Organização - Grupos produtivos, como a Cootipesca, têm também o apoio do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR). Desde a sua criação, em 2008, cerca de nove mil grupos com a participação de mulheres foram identificados pelo programa. Mais de 128 mil mulheres foram beneficiadas com um investimento de mais de R\$ 31 milhões. +

Documentos são primeiro passo da autonomia

O primeiro passo para o acesso da mulher às políticas públicas é a documentação. “Em 2012 a previsão é de que sejam realizados 1,1 mil mutirões de documentação”, afirma a coordenadora de Acesso à Terra e Cidadania da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), do MDA, Márcia Riva. “Destes mutirões, 700 serão para atender o público do Programa Brasil Sem Miséria, priorizando as pessoas que vivem na extrema pobreza”, conclui.

Desde o ano passado, os mutirões emitem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e um bloco de notas fiscais.

Expresso - O programa conta com 24 unidades móveis. Os ônibus,

chamados de “Expresso Cidadã”, levam cidadania para as mulheres que residem em lugares de difícil acesso. Desde 2004, o programa já realizou 3.344 mutirões em 3.553 municípios atendendo 830.500 mulheres com a emissão de 1.783.500 documentos. “As pessoas passam a existir depois de tirar o documento. Eu só tirei a certidão de nascimento depois de grande, e mesmo assim ainda não tinha carteira de identidade e CPF”, conta Tuani da Conceição Silva, trabalhadora rural da comunidade Pé Leve, em Limoeiro (AL).

Em julho de 2011, aos 19 anos, Tuani recebeu seus documentos. “Agora, eu posso até pedir o auxílio maternidade”, diz a mãe de uma menina de dois anos, com quem mora junto com a mãe e três irmãos numa casa de dois cômodos. +

Gravidez na adolescência cai 26% em dez anos

Programa Saúde na Escola unifica esforços da Saúde e Educação com foco nos estudantes

A gravidez na adolescência reduziu 26% em dez anos - de 615 mil casos em 2002 para 459 mil em 2011 (veja gráfico). Apesar da tendência de declínio, a maternidade precoce, abaixo dos 19 anos, permanece um problema de saúde pública. O tema faz parte do cotidiano dos alunos de todo o Brasil, por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), que chega a 53 mil escolas e 14.439 equipes de Saúde da Família em 2.495 municípios, com benefícios para 11 milhões de estudantes. Além da gravidez na adolescência, há outros objetivos como reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens em relação às doenças sexualmente transmissíveis, HIV/Aids e hepatites virais, ao uso de álcool e outras drogas.

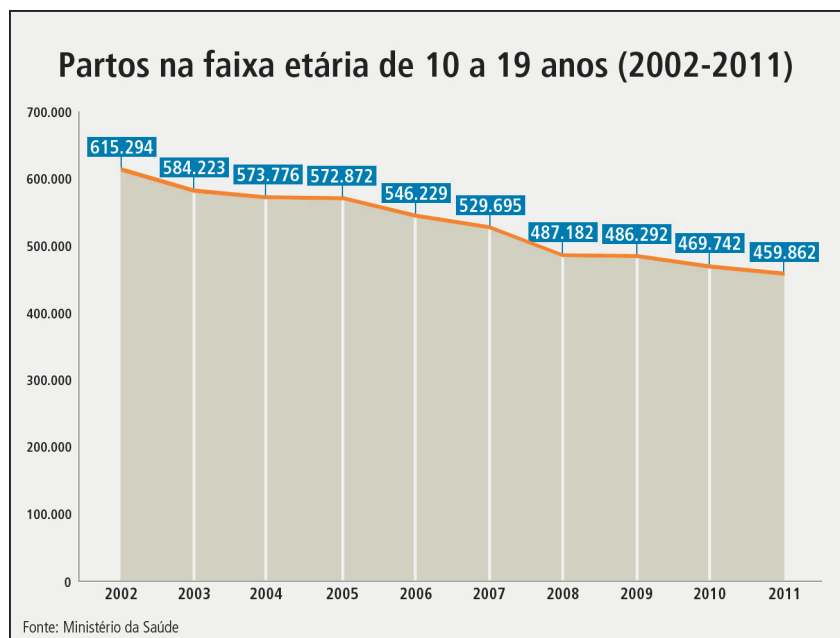
A formação de alunos multiplicadores, que podem levar para os colegas as informações sobre prevenção e ampliar o conhecimento sobre educação sexual é uma das ações em destaque no PSE. A distribuição de preservativos em cerca de 10 mil instituições de ensino acontece durante todo o ano. Outro fator que explica o declínio da gravidez na adolescência entre as brasileiras é a ampliação

do acesso a métodos contraceptivos na rede pública e nas drogarias conveniadas do programa Aqui Tem Farmácia Popular.

Programa - O PSE é uma parceria entre os ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS), lançado em 2008, com o objetivo de unificar as iniciativas de saúde e educação que já aconteciam nas escolas. A gestão do PSE é descentralizada e define responsabilidades para as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A adesão das escolas públicas municipais é voluntária e acontece a partir da assinatura de um termo de compromisso com o PSE. Depois da formalização, as instituições de ensino passam a contar

com o acompanhamento constante de uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) para cada grupo de, pelo menos, 500 alunos. As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde.

Cada equipe da ESF é responsável por acompanhar até quatro mil pessoas e o município assume um conjunto de ações obrigatórias, como fazer uma vez ao ano - no mínimo - a avaliação antropométrica dos alunos. A avaliação inclui pesagem para cálculo do índice de massa corporal (IMC) e a medição, o que permite verificar a curva de crescimento das crianças. +



Câncer de mama e colo de útero são os que mais atingem mulheres

Prevenção e tratamento terão R\$ 4,5 bilhões até 2014

Depois do câncer de pele, tipo da doença que mais atinge os brasileiros, o câncer de mama e de colo de útero são os de maior incidência entre as mulheres.

Em março de 2011, o governo federal lançou o Plano Nacional de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama. O programa prevê ações de fortalecimento da rede de prevenção e tratamento, que receberão

R\$ 4,5 bilhões até 2014.

O programa prevê mais de 75% das mulheres de 25 a 59 anos realizando exames de rastreamento, além de iniciar o tratamento de mulheres com diagnóstico de lesões em até 90 dias. O de mama é o que mais mata: foram mais de 12 mil mortes em 2009. Para 2012, estima-se o surgimento de mais de 52 mil novos casos da doença. O Ministério da Saúde alerta para a necessidade de cuidados e hábitos saudáveis, além do diagnóstico precoce que aumenta as chances de cura. A assessora do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha, explica que, apesar de adoecerem mais do que os homens em decorrência do câncer, as mulheres tem mais chances de sobreviver à doença. Isso porque os

dois tipos que mais atingem as mulheres são menos letais do que os outros.

Prevenção - Para a detecção precoce do câncer de mama, o exame deve ser feito, a partir dos 50 até os 69 anos de idade, uma vez a cada dois anos. As mais jovens devem fazer o exame clínico de mama, com investigação profunda de qualquer sintoma suspeito.

Em relação ao câncer de colo de útero, a estimativa é de 17 mil novos casos somente para este ano. Esse tipo da doença é mais fácil de ser evitado com a realização do exame de Papanicolaou, aos 25 anos e repetido no ano seguinte. Caso os dois exames apresentem resultado satisfatório, a mulher pode passar a realizá-lo uma vez a cada 3 anos. +

Governo Federal distribuiu 4.915 bolsas-atleta para mulheres desde 2006

Número de mulheres beneficiadas pelo programa cresce

A quantidade de bolsas-atleta distribuídas a mulheres vem crescendo: em 2006, foram 306 contempladas e, no ano passado 1349. Esse aumento reflete no resultado das conquistas femininas brasileiras nas competições. Desde 2006, o Governo Federal já distribuiu 4915 bolsas para as atletas nacionais.

Nos jogos Pan-Americanos de 2011, em Guadalajara, o Brasil conquistou 141 medalhas, dessas 58 eram de bolsistas - das quais 20 femininas. As mulheres bolsistas obtiveram 3 ouros, 8 pratas e 9 bronzes. Lucélia Ribeiro do karatê, Luísa Matsuo da ginástica rítmica e Ana Luíza Mello do tiro esportivo conquistaram ouro. Já no Parapan-Americano, o País conseguiu resultados ainda melhores, 197 medalhas, sendo 156 de bolsistas - 29 mulheres, que conquistaram 07 ouros, 12 pratas e 10 bronzes.

O programa Bolsa-Atleta é mantido desde 2005 e já se tornou o maior programa de patrocínio individual de

atletas do mundo. O público-alvo são atletas e para-atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade.

O programa visa garantir a manutenção pessoal aos atletas, ao buscar dar as condições necessárias para que se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. O País investiu, de 2005 a 2011, R\$ 224,2 milhões no Bolsa-Atleta, e para este ano o orçamento é de R\$ 55,5 milhões.

Atualmente, são quatro as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do

Esporte: Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica. O valor do benefício mensal varia de R\$ 370,00 a R\$ 3.100,00. Os atletas recebem a ajuda durante um ano, e podem candidatar-se à renovação, desde que tenham se mantido em competição e obtido bons resultados durante o período.

O programa atende atletas de 74 modalidades. A prioridade do atendimento é para atletas de esportes que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos. Em seguida, o benefício se destina a atletas de modalidades do programa dos Jogos Pan-americanos e das demais competições. +



Foto: Governo do Pará

A atleta Luísa Matsuo, à direita, beneficiada do Bolsa-Atleta, fez parte da equipe vencedora do ouro no Pan de 2011 em Guadalajara

Comissão julga anistia de mulheres perseguidas pela ditadura

Após sessão especial elas serão homenageadas

A Comissão de Anistia (CA) do Ministério da Justiça realizará uma sessão especial de julgamento na sexta-feira (9), na Cinemateca, em São Paulo, apenas com mulheres. Serão apreciados sete processos de ex-

presas e perseguidas políticas.

Brutalmente torturadas, entre elas há duas irmãs confundidas entre si, por terem os nomes parecidos: Maria Niedja e Maria Nadja de Oliveira. A primeira, aprovada em 1976 em terceiro lugar no concurso para professora na Universidade de São Paulo, não conseguiu tomar posse porque uma triagem ideológica acreditou que ela fosse a irmã Maria Nadja, integrante do movimento contrário à ditadura militar.

Também serão julgados os casos de: Maria Angélica Santos, que foi

presa em 1974 quando estava grávida de quatro meses; Gilda Fioravanti da Silva, presa em 1970 e respondeu a inquérito policial militar até ser absolvida em 1972; Ida Schrage, professora e membro da Ação Popular; Hilda Alencar Gil, militante da POLOP, que passou a sofrer perseguição após o seu companheiro assinar uma matéria na revista O Cruzeiro sobre a prática do Comando de Caça aos Comunistas; e Darci Toshiko Miyaki, militante da ALN presa em 1971, que teve o mandado de prisão expedido só seis meses após a sua detenção. ■

EXPEDIENTE

DIRETOR DA APOSSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA:

JORGE DUARTE

EDITOR:

RICARDO PENG

REPORTAGEM ESPECIAL:

MÁRCIO VENCIGUERRA

DANIELA SILVA

FLÁVIO GONÇALVES

DIAGRAMAÇÃO: EDUARDO GOULART

www.secom.gov.br

IMPRESSÃO: IMPRENSA NACIONAL

CONTATO:

EMQUESTAO@PLANALTO.GOV.BR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

BLOCO A - 6º ANDAR - SALA 631

BRASÍLIA - DF - CEP: 70054-906

TELEFONES: (61) 3411-4928 / 3411-4818

EM QUESTÃO NAS REDES SOCIAIS:

TWITTER.COM/EMQUESTAO_PR

FACEBOOK.COM/EMQUESTAO.SECOM

RECEBA O EM QUESTÃO
POR EMAIL. ENVIE UMA
MENSAGEM PARA

emquestao@planalto.gov.br

NO CAMPO ASSUNTO
ESCREVA INCLUIR.

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA